

 **FOLHA DO SINDISSÉTIMA** 
Ano IX - Nº 57
Fevereiro 2010
Jornal do Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho

Ponto eletrônico: como a medida afetará a vida do servidor

A partir de 1º de março corrente foi implantada, de acordo com o Ato 101/2009, modificado pelo Ato 51/2010, o registro eletrônico de ponto e regulamentado o horário de funcionamento do Tribunal, jornada de trabalho, banco de horas, serviço extraordinário, controle e apuração da frequência dos servidores do TRT da 7ª Região.

Esta medida, de vigência tão recente, tem causado dúvidas e inquietações aos servidores. É certo que qualquer mudança exige um tempo de adaptação, de acomodação. Todavia, como representante da categoria, o Sindissétima dá voz às preocupações dos servidores que decorrem de situações fáticas que dificultam a adequação dos mesmos ao novo sistema.

Como é amplamente sabido, o Sindissétima, assim como os demais sindicatos de servidores públicos, luta pela jornada de 6 horas que considera mais justa e eficaz. A jornada de 7 horas ininterruptas traz ao servidor algumas dificuldades que poderão redundar em prejuízo a sua saúde e, consequentemente, em comprometimento de seu desempenho funcional. No caso da Justiça do Trabalho compreendendo TRT, Fórum e Varas Trabalhistas do Interior, a situação é ainda mais preocupante em virtude de que, em nenhum dos prédios existentes, há



restaurantes em funcionamento. Aliás, esta é uma reivindicação antiga do Sindissétima, que encaminhou a solicitação dos servidores à Administração no início de 2008. Sem restaurantes nos prédios é aceitável esperar que os servidores permaneçam 7 horas sem deixar o local de trabalho ou sem se alimentar adequadamente? Ou que sejam transformados em verdadeiros bônus-frias

tendo que preparar suas marmitas e trazê-las às 7h:30, quando registram sua entrada no Órgão onde prestam serviço?

Sabemos que não é intenção da Administração penalizar o servidor, mas se não for encontrada uma solução é o que acabará acontecendo.

Também tomamos conhecimento das dificuldades que os servidores estão encontrando ao, chegando aos seus locais de trabalho, ter acesso aos terminais eletrônicos. É fato notório a deficiência dos elevadores existentes nos prédios do TRT e Fórum. Por isso, o Sindissétima já havia solicitado que terminais de acesso fossem colocados nos andares térreos para minimizar o problema. Agora, com o ponto eletrônico, mais urgente torna-se a medida, pois não é aceitável que chegando em tempo hábil à repartição, o servidor registre sua entrada depois do horário estabelecido.

Acrescente-se ainda o fato de que, tantos servidores do TRT como os do Fórum, travam uma verdadeira batalha para estacionar seus veículos nas proximidades dos Órgãos em que trabalham. O estresse decorrente da falta de estacionamento adequado, o tempo desperdiçado, os atrasos por vezes inevitáveis requerem uma intervenção pronta da Administração que, confiamos, não tardará.



8 DE MARÇO-
Sindissétima presta homenagem às mulheres no dia dedicado a elas(p.02)



INFLUENZA A-
Fique atento ao calendário de vacinação da Gripe A (pag. 02)

Revisão salarial: projeto inicia tramitação

Os projetos de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal e MPU (PL 6613/09 e PL 6697/09) encontram-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Durante o prazo para apresentação de emendas, foram apresentadas 54 para o PCCR do Judiciário e 10 para o projeto do MPU. Além de todas essas dificuldades, nos deparamos com a falta de previsão orçamentária para a aprovação e implementação do novo Plano de Cargos e Salários ainda em 2010.

Teremos uma grande luta pela frente com o intuito de garantir a aprovação ainda no primeiro semestre desse ano, devido aos diversos problemas que ainda poderão vir, por fato de este ano ser um ano eleitoral. Temos também, o PLP 549/09, que tramita na mesma comissão e que foi aprovado pelo Senado por unanimidade, este projeto, de

autorria do líder governista no Senado, Romero Jucá, coloca em risco qualquer proposta de revisão salarial, já que visa "congelar" os salários dos servidores públicos até 2019, inviabilizando qualquer forma de reajuste, impossibilitando a realização de novos concursos públicos para servidores e magistrados e a falta de recursos para investimentos em melhorias nos serviços prestados pelo Judiciário.

No último dia 02/02 o deputado Rodrigo Rollemberg, líder do PSB na Câmara, protocolou pedido de regime de urgência urgentíssima para o projeto dos servidores por meio de requerimento com cerca de 300 assinaturas, essas assinaturas são na verdade de líderes partidários, que contam por toda bancada. Agora o requerimento precisa ir ao plenário e obter a maioria simples dos votos para que passe a vigorar. Com a urgência urgentíssima aprovada, a tramitação do PL

6613/09 dará um salto: o Presidente da Câmara nomeia os relatores das três comissões pelas quais o projeto terá que passar (Trabalho, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça) e estes preparam seus relatórios, depois condensados num documento único, para que seja apresentado no plenário da Casa. É no plenário que os pareceres são votados para que o projeto, caso seja aprovado, seja encaminhado ao Senado. Não será a primeira vez que o projeto de revisão salarial do Judiciário ganha regime de urgência. Mas pode ser a primeira em que isso ocorre no início da tramitação.

O tempo agora é a nossa maior preocupação, e sabemos que esse ano será, portanto, de muitas batalhas para o funcionalismo público, juntos, sindicatos e categoria lutarão pela aprovação do PL 6613/09 e, paralelamente, pela derubada do PLP 549/09.



TRT EM FOCO- A coluna deste mês destaca o papel da Assessoria de Controle Interno pág. 04

> Cultura: A banalização da injustiça social

O mundo do trabalho não está imune às grandes transformações que caracterizam a pós-modernidade, sobretudo, a descrença em um estágio harmonioso da sociedade humana que a modernidade, amparada na lógica instrumental e na ciência, outrora prometera. Neste contexto, a obra do psicanalista francês Christophe Dejours "A Banalização da Injustiça Social" (Editora Fundação Getúlio Vargas) nos faz uma intrigante e esclarecedora análise do quanto o cotidiano do trabalho está afetado por novas lógicas que decorrem de uma economia em estado de guerra, tais como as novas formas de controle, a ampliação da carga de trabalho, a maior pressão por resultados e o agravamento do sofrimento.

Este contexto leva o cidadão a um estado crescente de competitividade onde todos passam a deixar de lado temas como o companheirismo e a ética no trabalho. Com isso, questões como a demissão daqueles que não alcançam um desempenho superior e que são sumariamente substituídos como se fossem engrenagem de uma máquina tornam-se rotina.

Segundo o autor, para aqueles que ficam nesta condição resta o dor físico e psíquica do sofrimento da exclusão social. Este sofrimento é atribuído ao acaso quando a verdadeira causadora é o sistema de produção medilber que patrocina a brutalidade das relações trabalhistas. Este cenário de precarização do trabalho é facilitado por uma estratégia defensiva do silêncio onde cada um quer garantir que não será a próxima vítima, favorecendo o individualismo e a



aceitação de trabalhos sujos por duas razões: a primeira é uma análise racional do indivíduo para conservar o seu lugar e o seu salário.

A segunda razão é uma análise psicopatológica: os que fazem é porque são perversos e paranoicos e deleitam-se com o sofrimento alheio. Aqueles que se recusam a estar no jogo são vistos, segundo Dejours, como covardes, fracos etc. e uma situação que deveria causar indignação acaba por se legitimar por esta defesa individual em aceitar o sofrimento do outro. Tudo isto coloca o trabalho no século XXI em uma ambivalência: tanto pode causar auto-realização

como a infelicidade, a alienação, a doença mental etc.

O autor coloca que a banalização do mal requer o consentimento e a cooperação de todos em sua valorização social. A mentira, a violência e a injustiça, que são disseminadas por uma comunicação oficial com o apoio dos gerentes e com a manipulação da mídia que o autor chama de "distorção comunicacional", tornam-se aceitáveis em nome do alcance dos objetivos utilitaristas do sistema vigente.

Para o autor, a exploração não é exclusiva deste momento, ao contrário, ela é histórica, a diferença atual é que hoje ela se coloca como razoável e justificada para a sociedade. A análise de Dejours é feita com base na realidade francesa, mas que podemos estender mundialmente. Talvez o que difira seja a amplitude desta banalização. Se no contexto francês isto já causa indignação, o que dizer de países não desenvolvidos em que as condições das relações do trabalho são mais fragmentadas?

A obra de Dejours tem o valor de um alerta. Aquilo que se repete passa e não mais chocar, seja a violência urbana ou a do mundo do trabalho, mas será que devemos fingir que ela não existe em nome de um privilégio momentâneo de um cargo? Talvez essa não seja a melhor alternativa, pois aqueles que se resguardam de se indignar não tardam de ser os descartados em um futuro próximo.

Prof. Henrique Muzzio - Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)



> Gripe A: Calendário de vacinação

Desde o último dia 8 de março, a população de Fortaleza vem sendo vacinada contra a influenza A. Inicialmente a prioridade serão trabalhadores de saúde e indígenas. A primeira etapa da campanha se encerrará no dia 19 de março. Em Fortaleza, a vacina estará disponível para a população prioritária a partir do dia 22 deste mês, nos 92 Centros de Saúde da Família. Em 36 postos de saúde, a vacinação será realizada também no terceiro turno e nos fins de semana. A expectativa é vacinar 1,2 milhão de pessoas no Capital. Em qualquer unidade, a aplicação da vacina seguirá o cronograma definido pelo Ministério da Saúde, atendendo aos grupos específicos de cada período. O único grupo que não sofrerá restrição em nenhuma das etapas da campanha é o de gestantes, que poderão ser vacinadas em qualquer idade gestacional.

A quantidade de vacinas liberadas para o Ceará é suficiente para atender os cinco grupos prioritários, aqueles que correm mais risco de adoecer ou morrer da doença, conforme definição do Ministério da Saúde (ver quadro abaixo). Mas como qualquer outro medicamento, a vacina não está livre de risco. Por isso, a Secretaria da Saúde do Estado lança nota chamando a atenção para os efeitos que as pessoas podem sentir após a vacinação. Embora bastante restritas, a população precisa conhecer as contraindicações do vacina. Veja quem não pode ser vacinado contra a nova gripe:

- Quem tem reação aos componentes da vacina da gripe comum
- Pessoas que estão com infecções graves
- Quem tem alergia à proteína do ovo

Com base em estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), feita a partir de números das campanhas de vacinação já iniciadas em 40 países, no Ceará devem ocorrer de 300 a 3 mil casos de Eventos Adversos Pós-Vacinação. Desse total, no máximo 60 casos serão considerados graves. O Coordenador de Promoção e Proteção à Saúde da Sesa, Manoel Farscick, informa que a maioria das reações são no local do vacina, com aparecimento de dor muscular e vermelhidão. Ele observa que a maior parte das reações são leves e passageiras.

Este ano foram confirmados 18 casos da doença no Ceará. Desse total, 16 pacientes residem no capital. Em 2010 foram confirmadas quatro mortes, sendo três pacientes de Fortaleza e 1 do município de Cascavel. No ano passado, a confirmação em laboratório foi de 14 casos e três óbitos.

Fonte: Ministério da Saúde

Grupos Prioritários	Idade
Trabalhadores de saúde de unidades de saúde e de atividades essenciais e indígenas	18/19 a 100/100
Indígenas	15/15 a 100/100
Trabalhadores que desempenham funções essenciais e atividades de segurança pública e de defesa civil	18/18 a 100/100
Trabalhadores de saúde de unidades de saúde e indígenas	20/20 a 100/100
Professores	18/18 a 100/100
Campanha Nacional de Vacinação (CNAV) - população em geral de 60 anos e mais, com condições de saúde que possam impedir a mobilidade e a capacidade de se deslocar para os locais de vacinação	60/60 a 100/100
População de 60 a 100 anos	60/60 a 100/100

Canção das Mulheres

Que o outro saiba quando estou com medo, e me tome nos braços sem fazer perguntas demais.

Que o outro note quando preciso de silêncio e não vá embora batendo a porta, mas entenda que não o amarei menos porque estou quieta.

Que o outro aceite que me preocupo com ele e não se irrite com minha solicitude, e se ela for excessiva saiba me dizer isso com delicadeza ou bom humor.

Que o outro perceba minha fragilidade e não ria de mim, nem se aproveite disso.

Que se eu faça uma bobagem o outro goste um pouco mais de mim, porque também preciso poder fazer tolices tantas vezes.

Que se estou apenas cansada o outro não pense logo que estou nervosa, ou doente, ou agressiva, nem diga que reclamo demais.

Que o outro sinta quanto me dói a ideia da perda, e não se deixe levar pelo pouco - em lugar de voltar logo à sua vida.

Que se estou numa fase ruim o outro seja meu cúmplice, mas sem fazer alarde nem dizendo "Olha que estou tendo muita paciência com você!"

Que quando sem querer eu digo uma coisa bem inadequada diante de mais pessoas, o outro não me exponha nem me ridiculize.

Que se eventualmente perca a paciência, perca a graça e perca a compostura, o outro ainda assim me ache linda e me admire.

Que o outro não me considere sempre disponível, sempre necessariamente compreensiva, mas me aceite quando não estou podendo ser nada disso.

Que, finalmente, o outro entenda que mesmo se às vezes me estorço, não sou, nem devo ser, a mulher-maravilha, mas apenas uma pessoa: vulnerável e forte, incapaz e gloriosa, assustada e audaciosa - uma mulher.

Lya Luft, escritora



EXPEDIENTE

Folha do Sindisistima - Publicação mensal de responsabilidade da Diretoria Executiva do Sindicato das Servidoras do Sétimo Região.

Diretoria Executiva: *Alciléia do Siqueira Falcão (Presidente), José Teófilo Neto (Vice-presidente), Ruan Borges Farias Franklin de Lima (1º Secretário), Francisco Nazareno Soares Filgueiras (2º Secretário), Luiz Alcântara Rodrigues (Sec. Assuntos Jurídicos), Renan Silveira Felix (Sec. Esporte e Promoção Social), Mariângela Carvalho de Sousa (Sec. Imprensa e Cultura), Francisco Dornas de Lacerda (Sec. Assuntos Extra-Sede), José de Lima Ribeiro (1º Tesoureiro), José Flávio da Rocha Mattos (2º Tesoureiro)*

Salas de atendimento ao servidor. Sala no Fórum Autran Nunes (Montão): Av. Duque de Caxias, 1550 - 1º Andar - Centro - CEP: 60.035-111, Fortaleza-CE. Fone: Fax: 3221.6219. Sala no TRT (Torre): Av. Santos Dumont, 3384 - Ed. Anexo 1 - 5º andar - Sala 505. Aldeota. CEP: 60.150-162, Fortaleza-CE. Fone: (85) 3261.8192. Fax: (85) 3224.6490. E-mail: sindisistima@yaho.com.br. Jornalista responsável: Elton Viana (CE07281P)

Andamento das ações judiciais movidas pelo Sindissétima

Como de costume o Sindissétima divulga nesta edição do seu informativo, o relatório de processos movidos pela advogada Gilaydes Sineaux. Uma forma da categoria acompanhar as ações judiciais movidas pelo Sindicato.

1- REQUERENTE: SINDISSÉTIMA
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL
Nº DE ORIGEM DO PROCESSO: 0013246-33.1997.8100 (97.0013266-8) - AÇÃO ORDINÁRIA
OBJETO DA AÇÃO: 11,98%

1ª VARA / JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ
*Acompanhamento processual: Com o surgimento da nova tese de reimplantação do referido percentual, o SINDISSÉTIMA a requereu para todos do processo, o Juiz da 1ª Vara Federal deferiu o pedido do sindicato determinando que fosse efetivada a reimplantação do índice. A União interpôs agravo com pedido de efeito suspensivo da decisão e a TRT da 5ª Região deu tal efeito não podendo assim decisão a de 1ª grau ser cumprida. O sindicato entrou com Agravo Regimental e aguarda julgamento.

2- REQUERENTE: SINDISSÉTIMA
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL
Nº ORIGINAL DO PROCESSO: 0001050-59.2005.4.05.8100 (2005.81.00.001050-3) - AÇÃO

ORDINÁRIA
OBJETO DA AÇÃO: QUINTOS
7ª VARA / JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ

*Acompanhamento Processual: A ação foi julgada procedente (a nosso favor) em 1ª e 2ª instâncias, tendo a União Federal entrado com Recurso Especial e atualmente encontra-se aguardando o pronunciamento definitivo do STJ sobre a repercussão geral da matéria. Como a matéria já é pacífica nos Tribunais Superiores já estamos providenciando as fichas financeiras para elaborar os cálculos.

3- REQUERENTE: SINDISSÉTIMA
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL
Nº ORIGINAL DO PROCESSO: 0003899-67.2006.4.05.8100(2006.81.00003899-2) - AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO DA AÇÃO: QUINTOS
10ª VARA / JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ

*Acompanhamento Processual: A ação foi julgada procedente (a nosso favor) em 1ª e 2ª instâncias, tendo a União Federal entrado com Recurso Especial, atualmente aguarda-se o pronunciamento definitivo do STJ sobre a repercussão geral da matéria. Como esta já é pacífica nos Tribunais Superiores já estamos

providenciando as fichas financeiras para elaborar os cálculos.

4- REQUERENTE: SINDISSÉTIMA
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL
Nº ORIGINAL DO PROCESSO: 2008.81.00.013256-7 - AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO DA AÇÃO: ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA PAGOS NO PRECATÓRIO E RPV'S DO PROCESSO DE REPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DOS 11,98%.

7ª VARA / JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ
*Acompanhamento Processual: Por motivo de foro ínfimo o Juiz titular se declarou suspeito para julgar o feito e remeteu os autos ao substituto legal. Atualmente aguarda decisão do Juiz substituto.

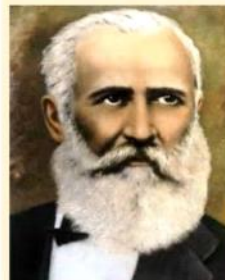
5- REQUERENTE: SINDISSÉTIMA
REQUERIDO: UNIÃO FEDERAL
Nº DE ORIGEM DO PROCESSO: 2009.81.00.007002-5 - AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO DA AÇÃO: LICENÇA-PRÊMIO
7ª VARA / JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ

*Acompanhamento Processual: Ação já replicada, aguardando sentença.

Por que minha Rua tem esse nome

Sugestões envie e-mail para sindissetima@yahoo.com.br



BEZERRA DE MENEZES - Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti nasceu na Freguesia do Riacho do Sangue, hoje Jaguaratama (CE), em 29 de agosto de 1831. Educado dentro de padrões morais rígidos, formou-se em 1856 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e tornou-se mais que médico: missionário. "Um médico não tem o direito de terminar uma refeição, nem de perguntar se é longe ou perto, quando um afilto qualquer lhe bate à porta", escreveu. Para ele, o doente representava o anjo da caridade que lhe vinha fazer uma visita e lhe trazia a única moeda que podia saciar a sede de riqueza do Espírito. Seus gestos de bondade e sua infatigável compaixão tornaram-se lendários.

O relatório final do Mensalão

O processo que investiga o Mensalão do PT no Supremo Tribunal Federal (STF) tem 69 mil páginas. São 147 volumes e 173 anexos. Entre os documentos, há 50 depoimentos inéditos colhidos pela Justiça Federal, relatórios reservados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), pareceres da Receita Federal e outras representações criminais que tramitam sob sigilo de Justiça em vários Estados. O colchamaço faz a mais ampla e fiel radiografia do maior esquema de corrupção do País. Tudo isso, até hoje, estava sob sigilo de Justiça. Agora não mais.

A Revista IstoÉ teve acesso a todos esses documentos e traz uma ampla reportagem sobre o assunto em sua edição do dia 28 de fevereiro de 2010. O conteúdo empasta ainda mais gravidade ao escândalo. Além de lançar luz sobre novos personagens — até aqui eram 40 réus —, a investigação derruba a versão de que o dinheiro público estava ileso do esquema de caixa 2 do PT. Chegou-se a levantar essa hipótese durante a CPI, mas não havia provas. Agora, os novos documentos e testemunhas asseguraram a origem estatal dos recursos. Essas novas provas também jogam por terra a desculpa peifista de que tudo foi feito para pagar as despesas de campanha. Não. Diante de juízes e procuradores, testemunhas contaram detalhes como atividades privadas de interesse partidário foram custeadas com as mesmas notas de dólares, euros e reais que circularam em coques e malas e ainda compravam opios no Congresso.



O Mensalão do PT foi o primeiro a ser descoberto, em 2005, e nos últimos cinco anos vem sendo investigado. Depois dele, surgiram o Mensalão Tucano, revelado por IstoÉ em setembro de 2007, e o Mensalão do DEM, no final de 2009. Os esquemas são semelhantes e mostram que a prática da caixa 2 e da compra de apoios políticos não é privilégio de um único partido político. Como todos têm seu mensalão, é até possível que se dependa dos políticos esses crimes permaneçam impunes. A boa notícia é que o Judiciário tem dado mostras de que esse quadro poderá ganhar novas molduras. No caso do Mensalão do DEM, um governador está preso preventivamente e, se depender do potencial dos novos documentos em poder do relator Joaquim Barbosa, o STF tem elementos de sobre para não manter a impunidade no caso do Mensalão do PT, ainda que cinco anos depois.

Para conferir a reportagem na íntegra, basta consultar a revista IstoÉ, edição de 28 de fevereiro de 2010.

Fortaleza sediará o 7º Congrejufe

Fortaleza será o capital do Judiciário Federal entre os dias 27 e 31 de março. Isto porque os servidores do Judiciário Federal e do MPU participarão do 7º Congresso Nacional do Fenujufe. Trata-se do principal evento da categoria, que acontece a cada três anos e reúne servidores de todo o país.

O congresso tem o objetivo de discutir a conjuntura nacional e internacional, avaliar a atual gestão do Fenujufe, traçar novos rumos para a luta dos servidores do Judiciário Federal e do MPU e analisar a prestação de contas da Federação referente ao período de abril de 2009 a fevereiro de 2010.

Além disso, vai também revisar o estatuto e eleger a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para a gestão 2010/2012. Um dos momentos de destaques será durante a votação da pauta de reivindicações e do plano de lutas da categoria.

A expectativa da diretoria da Federação é que esse seja o congresso mais representativo dos últimos tempos, uma vez que novos sindicatos se filiaram ou regularizaram sua situação financeira junto à Fenujufe nesta gestão.

O Sindissétima realizou no último dia 18 de fevereiro sua Assembleia Geral Extraordinária para eleger 03 (três) delegados que participarão do 7º Congrejufe representando os servidores da Justiça do Trabalho no Ceará. Na ocasião foram eleitos: Heloisa de Siqueira Felício, José de Lima Ribeiro e Francisco de Assis Carneiro da Silva.

PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA

Nos últimos anos, os servidores do Judiciário Federal vem enfrentando ataques aos seus direitos e, cada vez mais, tentando avançar nas suas conquistas. O Congresso é justamente o momento de troca de experiências com os servidores de todo o país para que sejam definidas as lutas para os próximos anos. Temos necessidades urgentes, mas tudo deve ser feito de forma organizada e, principalmente, com a união de toda a categoria.

O Congresso é o termômetro que medirá a capacidade da categoria avançar em suas conquistas. Vale lembrar que mesmo com os delegados eleitos, o Congrejufe é aberto à participação de todos. Compagrem!



> TRT EM FOCO: Controle interno é fundamental para qualidade

GIRO PELO BRASIL



Uma vez em uma palestra da área de auditoria e controle afirmou: "A diferença entre o terrorista e o auditor é que o primeiro tem simpatizantes". A idéia era mostrar o quanto é difícil o trabalho de controle. "Ninguém gosta de ser 'controlado'. Isso é, provavelmente, a razão da reação defensiva por vezes percebida à atuação da Assessoria de Controle Interno", conta o assessor da Controle Interno Ana Paula Zaupe.

Segundo ela, não é pretensão do setor atuar como "dona da verdade", ou promotor de "caça às bruxas", mas antes trabalhar como parceiro dos órgãos administrativos na busca da interpretação da lei mais consentânea ao alcance do interesse público e no desenvolvimento de instrumentos e procedimentos que conduzam a resultados econômicos, eficazes e eficientes, resultando na otimização da aplicação dos recursos públicos.

Mas o que é esse tão temido "Controle Interno"? Controle "Interno" ou "Contrário" Interno são algumas das alcunhas atribuídas à Assessoria de Controle Interno (ACI), popularizando entre os servidores desta Corte o pensamento de que, uma vez chegando ao assunto ao Controle, o pronunciamento necessariamente seria contrário ao interesse do servidor.

Essa noção se revela desmentada pelos números do último Relatório Anual de Ações de Controle (RAAC) do exercício de 2009 (o Controle Interno realiza planejamento anual das ações de sua competência desde 2005). As manifestações do Controle, no ano passado, em processos demandados por servidores e magistrados foram, na grande maioria, pela legalidade do pedido (mais de 80%).

Em busca de esclarecer a categoria quanto ao papel do Controle na Gestão Pública, pode-se, primeiramente, pinçar o que dispõe o art. 74 da Constituição Federal. Segundo seu teor, compete à ACI:

- a) acompanhar a execução do orçamento e o alcance das metas orçamentárias do Tribunal;
- b) fiscalizar a atuação de todos os setores administrativos do Tribunal que reunde em despesa e administração de patrimônio;
- c) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- d) avaliar resultados da Administração, sob os aspectos

da eficiência e eficácia.

Par força de normalização interna, compete ainda à Assessoria emitir parecer em processos administrativos submetidos à distribuição (art. 215, Regulamento Interno do TRT), e quanto a quaisquer assuntos (de âmbito administrativo) demandados pela Presidência da Corte (Ato 101/2005).

"Gemos que é especialmente por sua manifestação acerca da interpretação de dispositivos de lei e de decisões judiciais, pertinentes a vantagens pecuniárias, com repercussão financeira contrária a interesses de alguns servidores, que a ACI ganhou sua antipática alcunha", comentou Ana Paula Zaupe.

Ela defende o setor, dando exemplos de benefícios aos servidores gerados pela ação da Assessoria. "A prática administrativa exige constante estudo e interpretação do ordenamento jurídico, sempre em transformação. A atuação do Controle ocorre no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento da interpretação da legislação, demandando, diversas vezes, a revisão de atos da Administração em prol do servidor", disse. E citou alguns exemplos:

- ▶ o Controle Interno defendeu a juridicidade do pagamento das substituições, à época em que aquelas inferiores a 30 (trinta) dias não eram remuneradas, e ainda daquelas cujas indicações haviam sido protocoladas a destempe;

- ▶ pronunciou-se quanto à ilegalidade do desconto em folha de débito (não referente ao mês anterior) do servidor para com a Administração, de ofício, à sua revelia;

- ▶ o Controle opinou, nos auditorias de folha de pagamento, pela irregularidade do desconto do auxílio-alimentação do servidor em férias e de licença, o que posteriormente foi revisto pela Administração;

- ▶ manifestou-se favorável ao estabelecimento de critérios objetivos para a eleição dos passivos administrativos a serem pagos aos servidores;

- ▶ recomendou a adequada estruturação da DRH, a instituição de política de recursos humanos, a implantação do Programa Permanente de Capacitação e a elaboração de planejamento anual de ações de treinamento;

- ▶ arguiu, em seus pareceres, a inaplicabilidade de prescrição sobre os créditos do servidor imbuído de boa-fé,

quando seu prejuízo em derivado de erro da Administração conhecido posteriormente;

- ▶ posicionou-se a favor da juridicidade da consideração de uma mesma ação de treinamento para a concessão de 2% ou 3% de Adicional de Qualificação (AQ) de uma só vez, contra unanimidade do entendimento em contrário de uso apenas para 1% com prejuízo dos homens excedentes a 120h; e

- ▶ recomendou à Administração a adoção de providências para a realização da movimentação funcional dos servidores do Tribunal com a periodicidade devida;

De outra parte, a atuação do Controle nas diversas searas corroborou para o desenvolvimento de uma cultura de diálogo, definição de posicionamentos e busca conjunta de soluções, reduzindo os debates e o desgaste nas próprias processos, bem como o tempo de sua tramitação; houve intensa atuação (consultiva ou mesmo propositiva), ainda, para elaboração ou alteração de normativos úteis à Administração (formalização de autos, fluxograma de procedimentos, suprimento de fundos, jornada laboral, consignação em pagamento, manual de procedimentos administrativos, manual de gestão de contratos, de capacitação etc.).

"Agora a exigência constitucional da existência de unidade de controle interno em todos os organismos públicos, a sua relevância para a construção de uma gestão saudável é cada vez mais reconhecida, incorporando-se, paulatinamente, ao setor público, consultas de longa data adotadas no âmbito privado", afirmou o assessor, justificando o impetância do setor também para o bom desempenho do gestor. Ela comentou que com a atuação da ACI as unidades administrativas passaram a ter um zelo ainda maior pelo trabalho que desempenham, diminuindo os problemas e melhorando a qualidade do serviço.

Profissionalização do servidor, planejamento por parte da Administração, monitoramento das ações empreendidas, são algumas das práticas consentes no setor privado que, agora, são reconhecidas como necessárias em todo órgão público, e especialmente após a Resolução CNU nº 70/2009, chegam ao poder judiciário. Nesse contexto, a ação do Controle visa adicionar valor e melhorar as operações do Tribunal, auxiliando-o a alcançar seus objetivos.

> NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Depois de uma audiência com integrantes da direção executiva da CUT Nacional, o relator da proposta de ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), senador Geraldo Mesquita (PMDB-AC), resolveu colocar o projeto em votação na Comissão de Relações Exteriores do Senado. O resultado foi a aprovação unânime do relatório na manhã desta quinta-feira [04]. O próximo passo será o encaminhamento para a Comissão de Constituição e Justiça [CCJ] e posteriormente, para o plenário do Senado. Por fim, a proposta volta à Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada em outubro de 2009. A 151 foi uma das bandeiras que a Central lutou para incluir na 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, em novembro do ano passado, em Brasília. Ela garante o direito de organização e negociação dos servidores públicos e prevê pontos como: proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho; independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas e proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública.

> AÇÃO NA OEA

O Sindissetima recebeu um informação do Instituto MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, referente à Denúncia P-644-05 Brasil, que visa revogar o desconto de 11% sobre os proventos dos aposentados e pensionistas do serviço público federal. Em abril de 2008 o Sindissetima ingressou nessa ação junto à OEA em defesa dos aposentados filiados. O Instituto MOSAP deu ciência da decisão, ocorrido em novembro de 2009, onde a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu que tem competência para analisar a petição "e que os fatos apresentados não tendem a caracterizar possíveis violações à Convenção Americana". Assim, a CIDH declarou inadmissível a petição do MOSAP "por falta de cumprimento do requisito previsto no artigo 47b, da Convenção".

Diante da decisão, o Sindissetima, juntamente com o MOSAP centrarão esforços na aprovação pelo Senado da PEC 55/2009 e pela Câmara dos Deputados da PEC 555/2006, que extinguem a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas

> VITÓRIA

O SINDISSETIMA obteve mais uma vitória judicial ao assegurar a liberação, via precatório, da parcela considerada incontroversa pela União, referente ao processo nº 1447/1990-04, numa luta travada há duas décadas. De parabéns os servidores beneficiados. O monitoramento dessa ação, e das demais encabeçadas pelo Sindissetima, continuará a ser criteriosamente efetivado, na certeza de que muitos triunfos ainda virão.